

A terceira via proposta pela Economia solidária: Utilizando dos meios para mudar os fins¹

Tópico: Capitalismo Contemporâneo, Socialismo e Economia Solidária¹

Raquel de Aragão Uchôa Fernandes², Maria Izabel Vieira Botelho³, Juliana Macário de Oliveira⁴

² Estudante de Mestrado em Extensão Rural (Departamento de Economia Rural)/UFV-aragaouchoa@yahoo.com.br, ³ Professora Adjunta do Departamento de Economia Rural/UFV-mbotelho@ufv.br, ⁴ Coordenadora na Intecoop/UFJF- jumoliver@hotmail.com.

Resumo: Movimentos alternativos, ao sistema capitalista, tem ampliado o seu espaço de discussão e atuação no mundo inteiro, isto se deve principalmente a crescente difusão das externalidades deste sistema, o capitalista, impulsionando os indivíduos e grupos a se movimentarem pela busca de estratégias diferenciadas que garantam a sua sobrevivência, e ainda, por reformular o próprio sistema capitalista. Neste sentido, a análise da Economia Solidária e da forma como se estrutura o seu conceito, representa um espaço para a compreensão deste movimento que é multiforme, e que não necessariamente representam uma resposta inovadora à problemas contemporâneos.

Palavras Chaves: Economia Solidária, Sociedades Tradicionais, Capitalismo.

1. Introdução:

O estudo proposto é resultado dos questionamentos acumulados durante o período de participação da pesquisadora no movimento de Economia Solidária, originando desta forma, a partir do que foi vivenciado junto aos empreendimentos solidários, a inquietação que é necessária a todo pesquisador que se proponha a desenvolver uma pesquisa. Formular esta proposta de investigação exigiu empreender um certo afastamento do movimento, para tentar compreender, ao menos em parte, quais as motivações que atrelaram a trajetória destes indivíduos à da proposta de uma Economia Solidária. Em que momento esta perspectiva torna-se parte da vida destas pessoas? E ainda qual o lugar ocupado por esta alternativa na organização da sociedade?.

A discussão sobre Economia Solidária no Brasil tem se fortalecido e ampliado, enquanto um espaço de ação e reflexão, principalmente a partir da década de 90. Isto se deve principalmente a dois fatores, o primeiro deles foi o terreno fértil que encontrou para se instalar, o da crise do sistema capitalista, e o segundo, o posicionamento crítico assumido por indivíduos e instituições frente às externalidades ocasionadas por este sistema. Desta forma, a Economia Solidária

se inscreve enquanto alternativa em um contexto que, segundo Pochmann (2004), é determinado no “lastro da crise do sistema capitalista”, que passa a ser vivenciado, progressivamente, por diferentes segmentos da sociedade.

O que se observa é que esta discussão acerca da Economia Solidária tem se voltado de modo recorrente à perspectiva de ancorar-se em estudo de caso, que retratam a trajetória e o desempenho dos indivíduos organizados em grupos solidários. O que permite inferir que esta opção teórica talvez se deva a constante cobrança que é destinada a esta e outras propostas de organização da sociedade para que apresentem indícios de que podem realmente arrogar para si o posto de alternativa ao sistema capitalista. Outro fator elucidativo sobre a forma como está retratado teoricamente este fenômeno, relaciona-se à origem e trajetória de seus pesquisadores, que em sua maioria são provenientes do próprio movimento de Economia Solidária, pesquisadores militantes, conforme afirma Pochmann, que dada a necessidade de fomento inicial da questão passam a retratar a práxis dos indivíduos do próprio movimento do qual fazem parte.

Desta forma, uma análise da Economia solidária que se proponha ir além de uma postura polarizada na celebração ou crítica do movimento, deve buscar compreender o seu verdadeiro papel no processo de mudança em curso na sociedade, através da percepção de que este processo não se manifesta de forma linear, uma vez que, tem como característica o fato de ser circular e atuar muitas vezes com a justaposição de diferentes perspectivas.

Para compreender este fenômeno, deve-se adotar uma postura investigativa onde o pesquisador se permita debruçar sobre os elementos que levam à reflexão da gênese do conceito da Economia Solidária, buscando aproximar-se do que muitas vezes é determinante na motivação dos indivíduos ao movimentar-se em direção a esta proposta. É atuar no sentido de buscar compreender a relação desta prerrogativa no espaço social e histórico no qual ela se manifesta, tentando vislumbrar o seu potencial a partir das relações que consegue estabelecer na sociedade, e, enfim, considerar o espectro de manifestação deste fenômeno de forma ampliada.

2. Problema:

A análise sobre as práticas econômicas na sociedade pode representar um importante elemento à compreensão dos diversos aspectos que permeiam a história do homem. Os diferentes sistemas econômicos resguardam ênfases muitas vezes distintas, mas que não podem ser considerados como uma evolução pura e simples das que a antecederam, como se a propagação de um determinado modelo representasse superação e ausência de todos os outros, ou ainda, como se o processo histórico fosse construído a partir de eventos isolados e rigidamente datados. Desta forma, para que possa representar um elemento facilitador na compreensão de como vem se organizando os diversos grupos sociais, os diferentes sistemas econômicos devem ser considerados como fenômenos sociais, que devem ser analisados a partir das continuidades, rupturas, interfaces e relações que estabelecem.

Partindo deste pressuposto, a diversidade de condições existentes entre os diversos grupos sociais nega a noção de que a permanência de determinado modelo econômico está diretamente correlacionada à maior e generalizada eficiência deste, na distribuição de benefícios a grande parte dos indivíduos, ou ainda, da existência de uma identificação de grande parte da sociedade com os princípios que o orientam. O que se observa na sociedade moderna, capitalista, é que esta correlação entre propagação da proposta e sua eficiência na distribuição de benefícios vem sendo constantemente questionada. Uma vez que o capitalismo globalizado e orientado pelo ideário neoliberal, acaba por ampliar o espectro de propagação das externalidades causadas pela sua implementação, que podem se constituir na força motriz da resistência e movimentação dos indivíduos na busca por instituir, ou consolidar, formas mais igualitárias de inclusão na sociedade.

A perspectiva discutida por Mance (2002) sobre a precedência da práxis social sobre a elaboração teórica pode ser um importante instrumento na compreensão sobre a forma como é percebida esta movimentação dos indivíduos por uma outra forma de inclusão na sociedade. Para o autor, esta precedência da práxis sobre a teoria, é devida ao papel desta, de consubstanciar o que vem ocorrendo na prática, “a teoria, nesse caso, surge da práxis e a ela retorna

buscando qualificá-la para que possa ser mais eficaz como elemento de libertação”. Os diversos grupos sociais ao se organizarem de alguma forma para pressionar por mudanças de ordem econômica e social, o fazem partindo do pressuposto de que é possível se estabelecer relações sociais mais equânimes, a partir de uma pauta de reivindicações que, invariavelmente, serão voltadas para alguns princípios considerados por esses indivíduos alicerces adequados a um novo arranjo da sociedade após a mudança.

Os modelos alternativos que surgem para caracterizar a práxis social resultante desta movimentação e resistência estruturam-se, na maior parte das vezes, com o objetivo de contrapor a noção de que haveria ocorrido uma incorporação generalizada dos princípios norteadores do sistema capitalista, *pari passu* a ampliação deste modelo, seguindo por sua vez, a perspectiva apresentada por Mance de atuarem na estruturação de modelos que se proponham a consolidar a práxis enquanto elemento de libertação. Estes modelos assumem, portanto, que o sistema capitalista “não corresponde a uma realização final da evolução humana, mas a uma configuração particular que convém situar em relação àquelas que a precederam” (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Por outro lado, não se pode direcionar a percepção da práxis destes atores somente aos movimentos tidos como alternativos, porque ao fazê-lo, invariavelmente, se está assumindo que o sistema capitalista não seria um elemento presente no que origina e configura esta movimentação e resistência dos indivíduos na sociedade. Atribui-se muitas vezes ao capitalismo uma postura estática, dicotômica, como se a relação entre “estar” ou não no sistema fosse mecânica, desconsiderando as inúmeras variações possíveis, entre elas o trabalho informal, por exemplo. Partir desta premissa, da existência do capitalismo como uma “entidade” estática, seria negar o incontestável, a capacidade de constante reelaboração deste modelo para se adequar aos contextos históricos e sociais mais distintos.

Assim, a movimentação por um outro modo de organização da sociedade proposta pela Economia solidária deve ser considerada uma entre outras

estratégias que buscam incorporar as reivindicações dos grupos/indivíduos na estruturação de novas relações a serem estabelecidas na sociedade moderna. A proposta da Economia solidária aparenta resguardar, em sua construção, princípios societários característicos de sociedades tradicionais, ao mesmo tempo em que resguarda facetas da contemporaneidade, próprias da modernidade, ao se articular utilizando o contexto possibilitado pelo advento da modernidade, como por exemplo, a perspectiva de um mercado globalizado.

Neste sentido, poderíamos inferir que esta perspectiva constitui-se em uma terceira via de inserção social, que capta elementos e mecanismos das sociedades mais tradicionais assim como elementos e mecanismos das sociedades modernas. Esta perspectiva é defendida, entre outros autores, por Gaiger, ao afirmar que a Economia solidária constitui-se em uma “outra economia”, não se voltando exclusivamente aos interesses perseguidos no mercado, ou no setor estatal, o que atribui, por sua vez, a esta alternativa uma lógica que não se esgota nem no mercado, nem no Estado.

Desta forma, enquanto conceito, a Economia solidária começa a ser discutida principalmente a partir da década de 80, o que, entre outros fatores, garante a perspectiva de inovatividade da proposta. Entretanto, os princípios constitutivos do modelo, como a ênfase nas relações de solidariedade, cooperação, na prestação/ contraprestação e proximidade entre os indivíduos, assim como a valorização da possibilidade de trocas não monetárias e ajuda mútua, remetem a outras formas organizativas não propriamente capitalistas, mas provavelmente provenientes do contexto das sociedades tradicionais.

A Economia Solidária, portanto, não representa, aparentemente, uma ruptura com os valores fundantes das sociedades tradicionais e de certa forma, também, não resguarda este aspecto de incompatibilidade com relação à estrutura de organização do sistema capitalista, tanto no que diz respeito aos meios que se utiliza, como o mercado, por exemplo, quanto a alguns princípios que são valorizados em sua proposta. Acredita-se que resguarde em seus princípios e no que garante sua viabilidade, elementos resultantes da hibridização que caracteriza a sociedade moderna, onde o moderno se confunde com o tradicional não

havendo, na maior parte das vezes, um espaço de manifestação puro de um ou de outro. Desta forma, a Economia Solidária, representaria um misto do tradicional, do contemporâneo, e da incompletude característica de um processo histórico (MARTINS, 2000). O que ela propõe seria um outro enfoque sobre estes elementos, como o relacionamento com o mercado, a forma como se estabelecem relações de confiança, assim como o espaço atribuído à participação, entre outros.

Na discussão da Economia Solidária estes princípios vêm sendo considerados alicerces na proposta de estruturação de novas relações. O que as práticas sugerem é que estes não necessariamente são criados nas relações sociais, mas que, ao contrário, são consolidados, difundidos, e reatualizados, uma vez que permanecem, em certa medida, no contexto das relações sociais. Parte-se do pressuposto de existência de uma relação de interface entre a Economia Solidária, alguns elementos presentes nas sociedades modernas e nas sociedades tradicionais, relação esta que acredita-se pautada em alguns princípios constituintes do conceito de Economia Solidária que podem ser localizados tanto nas sociedades modernas quanto nas tradicionais. Assim, depreendem-se que os meios são, de certa forma, os mesmos, mas os fins pretendidos são diferentes.

Neste sentido, questiona-se quais são as similaridades existentes entre os princípios originários do conceito de Economia solidária, os elementos que estruturaram as relações nas sociedades tradicionais e os que estão presentes nas sociedades modernas, orientadas pelas estratégias e mecanismos do capitalismo, e quais os mecanismos sociais utilizados para a implementação destes princípios nos diferentes contextos?

3. Objetivo geral:

Analisar o processo de construção do conceito de Economia Solidária, através do mapeamento da origem de seus princípios, e dos mecanismos sociais previstos pelo modelo para a incorporação destes princípios na conduta dos indivíduos e grupos na sociedade moderna, tendo como referência para a análise, a bibliografia produzida sobre o tema.

4. REFERENCIAL CONCEITUAL E ANALÍTICO:

A pesquisa de Polanyi (1980), sobre a origem política e econômica do nosso tempo, representa importante contribuição ao entendimento sobre a forma como os diferentes arranjos institucionais foram estabelecidos na sociedade. A abordagem apresentada por este autor parte de um enfoque sobre a atividade econômica diferenciado da economia clássica formal, a partir da teoria substantiva da economia, onde toda troca tem uma dimensão para além do material, sendo também um ato simbólico (FERREIRA, 2001:15).

Segundo França Filho e Laville (2004), Polanyi distingue quatro princípios no comportamento econômico, que se associam de modo distinto aos diferentes contextos instituídos na história da esfera econômica. A análise destes princípios, por sua vez, deve ser feita de modo conjunto porque, para o autor, o espaço de manifestação de cada um destes princípios não é vinculado à ausência de manifestação dos outros. Parte, portanto, da percepção que existiria uma interação contínua entre o homem e sua sociedade; desta forma a atividade econômica do homem estaria submersa em suas relações sociais (POLANYI, 1980 apud MAIA, 2004:43-44).

O primeiro princípio associado por França Filho e Laville (2004) à abordagem de Polanyi é o da domesticidade, que se refere a produção para o usufruto do próprio grupo. Para estes autores,

“O modelo da domesticidade é o grupo fechado. O que determina o núcleo institucional é indiferente, pode ser o sexo (como em relação a família patriarcal), o lugar (como em relação ao vilarejo), ou o poder político (como em relação ao poder senhorial). Do mesmo modo, a organização interna do grupo não importa: ela pode ser despótica ou democrática, e a dimensão do grupo pode variar consideravelmente” (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004:32).

A reciprocidade caracteriza-se como o segundo princípio. Este fundado sobre a dívida e o seu aspecto principal é que as transferências são indissociáveis das relações humanas. Maia (2004), discutindo este princípio a partir da perspectiva da dívida, afirma que a reciprocidade estaria relacionada a um processo social onde indivíduos, comunidades ou grupos estabelecem

prestações de bens e serviços que não são desinteressadas, estas prestações acontecem na modalidade da dádiva e contradádiva, formando entre si redes complexas, estabelecendo para tanto um sistema social simétrico, “(...) que lhes dê sentido e fixa regras sobre quem doa e quem recebe”.

Seguindo a reflexão de Polanyi, o terceiro princípio apresentado é o da redistribuição. O modelo institucional neste espaço está baseado na centralidade, na divisão do trabalho e de poder, onde o Estado representa importante papel. Costa (1999) discute a perspectiva da redistribuição através da importância entre esta e o princípio da reciprocidade na reprodução das sociedades primitivas, tribais e tradicionais em geral, por estes princípios juntos serem responsáveis por promover o intercâmbio necessário à troca de bens e serviços. A redistribuição é apresentada pela autora a partir da abordagem de Mingione (1991), que afirma que neste princípio “ao invés da simetria, (é necessário) uma organização centralizada e hierarquizada, que distribua os resultados da produção e o acesso a bens e serviços de maneira eqüitativa a todos os membros” (MINGIONE, 1991 apud COSTA, 1999).

O último princípio destacado por Polanyi é o da troca, ou do mercado, que possui um modo de funcionamento que lhe atribui um modelo institucional próprio, com base no equilíbrio da oferta e demanda, onde as relações são estabelecidas através de trocas que podem ser monetárias ou não, por intermédio de um equivalente geral, ou equivalência, na relação entre o demandante e o ofertante. A ascensão deste princípio não lhe garante exclusividade nas relações em sociedade. “O intercâmbio de mercado, embora fundamental em várias sociedades, não elimina outras modalidades de troca, seja em sociedades tradicionais ou modernas” (MAIA, 2004:43).

“Para Polanyi, o mercado é uma construção histórica humana que não é estranha a nenhuma sociedade conhecida. A economia natural nunca existiu. Em cada sociedade e cultura, ele apresenta formas diferenciadas de troca e regras específicas. Contudo, a economia de mercado, e sua racionalidade democrática, não é uma instituição característica de todas as sociedades e de todas as épocas; ela é de origem recente (POLANYI, 1980). O padrão de mercado nem sempre engloba todas as formas de trocas econômicas de uma sociedade e,

conforme Mauss, foram as sociedades ocidentais modernas que transformaram o homem num animal econômico” (MAIA, 2004:42).

França Filho e Laville (2004) corroboram esta afirmação de Polanyi. Estes autores discutem que antes do século XIX os sistemas econômicos atribuíam um amplo papel a estes três princípios, o da domesticidade, reciprocidade e redistribuição, ou ainda a algum tipo de combinação entre eles, o que não invalidava a noção de existência de um mercado, o que era distinto neste contexto era a forma de sua manifestação, que segundo os autores estava restrita a espaços específicos, se manifestando de forma diferenciada. O que caracterizava as relações nas sociedades tradicionais era a importância atribuída ao espaço de manutenção dos vínculos estabelecidos, sendo estes considerados prioritários para a obtenção de riquezas. O que o século XIX inaugura, na realidade, é uma outra forma de percepção sobre as trocas que passam a desempenhar um papel primordial nas relações na sociedade, deixa de ocorrer em espaços circunscritos, que pressupunham uma relação maior de proximidade, para se manifestarem também de forma impessoal, uma vez que, a atividade econômica passa a ser regulada através de um mecanismo único, o preço, onde esta esfera acaba por assumir um caráter auto-regulado.

Laville (2004) destaca a similaridade entre este processo de mudança do conteúdo regulador da sociedade, rumo a uma maior complexidade, e a movimentação que deu origem a primazia do quarto princípio, o da troca, caracterizado pelo mercado. Para o autor, este princípio da troca, quando não conhece limites, acaba por dar origem à sociedade de mercado tal qual temos visto, onde o mercado, parte fundamental de uma atividade econômica que acredita-se auto regulada, engloba e se basta para organizar a sociedade em seus diversos aspectos, caracterizando um fenômeno onde a busca do interesse privado alcança o bem público, deslegitimando muitas vezes a necessidade da deliberação política. A ruptura desta utopia, de um mercado auto-regulado, diferencia a modernidade democrática, “(...) pautada no sistema capitalista, das outras sociedades humanas, nas quais existiram elementos de mercado sem que fosse concebida a organização deste em um sistema autônomo”.

Para Mauss (apud LAVILLE, 2004), não existiriam sociedades onde houvesse a exclusividade de um ou outro sistema econômico, mas sociedades que tem um regime, ou sistemas de regime e instituições definidos pela predominância de um ou outro desses modelos. Ainda a partir desta perspectiva discutida por Mauss, Laville afirma que:

“As instituições são mutáveis porque são convenções sociais que, ao mesmo tempo, expressam e delimitam o campo das possibilidades; seu estudo pode permitir adquirir “a consciência precisa dos fatos e a apreensão, além da certeza das suas leis”, ajudando também a se separar dessa “metafísica” da qual estão impregnadas “as palavras em “ismo”, como, por exemplo capitalismo. Afirmar a existência de uma sociedade capitalista supõe uma coordenação perfeita das representações individuais, havendo em realidade uma dominante capitalista, já que “um sistema econômico se compõe de mecanismos institucionais contraditórios, irreduzíveis uns para os outros” (Laville, 2004:46).

Partindo desta reflexão, de organização da sociedade a partir de uma dominante capitalista, onde o estabelecimento de trocas monetárias entre indivíduos e grupos na esfera do mercado tem grande relevância, admite-se que a propagação do capitalismo enquanto um modelo de organização da sociedade encontrou resistências ao empreender seu percurso pela homogeneização das relações sociais a partir de seus princípios, reforçando a noção dos autores apresentados neste trabalho, de que os diferentes sistemas não existem de maneira singular durante o seu período de vigência.

Desta forma, no caso do capitalismo, se localizarmos enquanto um marco histórico para a sua origem o século XVI, de forma análoga também será possível localizar a origem do processo de resistência a sua proposta, através de lutas como as dos camponeses ingleses, tendo como pano de fundo o início do processo de industrialização, às lutas dos dias atuais, que incorporam os mais diversos movimentos por um outro tipo de inclusão, que não pela categoria de excluído (SANTOS, 2002).

Um dos aspectos marcantes desta resistência contemporânea à dominante capitalista é a estruturação de propostas alternativas de organização da sociedade; propostas estas que alcançam graus variados de sofisticação, sendo

que algumas vezes se propõe a repensar o conjunto das relações na sociedade, a partir dos diversos espaços de manifestação, originando desta forma verdadeiros modelos que ampliam o espectro de organização da sociedade para além do enfoque único no mercado, voltando-se, por exemplo, para o princípio da reciprocidade.

Entre estas propostas encontra-se a da Economia Solidária, que sugere novas reflexões sobre a movimentação dos atores no espaço da economia com diferentes princípios em interação. Tendo sua origem na estruturação de um fenômeno que não tem uma referência temporal e espacial específica, mas que se apresenta como resultado provisório de tudo o que lhe antecede, englobando momentos de ascensão e crise, que acabam por fundar o lugar de manifestação desta proposta, de onde se apreende que a exclusão social foi historicamente construída, principalmente através do fator econômico.

As barreiras colocadas à absorção de considerável parcela da população ao mercado de trabalho, fator de agravamento da pobreza, vêm se configurando em um processo crescente nas últimas décadas. Segundo Singer (1999), este não seria um padrão que perdurou por todo o tempo de vigência do sistema capitalista, ocorrendo momentos de inclusão de grandes contingentes de trabalhadores às empresas e produção do tipo capitalista. No entanto, este movimento de inserção da mão-de-obra em atividades produtivas capitalistas aconteceu posteriormente a um processo massivo de exclusão, que teve, segundo o autor, origem com a substituição da produção doméstica de famílias camponesas pela produção de mercadorias. “A proletarização de milhões de camponeses acarretou um processo de exclusão social em larga escala, sinalizado pela maciça imigração transoceânica proveniente da Europa” (SINGER, 1999). Este processo decorrente de mudanças estruturais ocasionadas pelo advento deste sistema difundiu-se amplamente na periferia do centro capitalista mundial, produzindo também neste espaço efeitos sociais semelhantes. Mas que, por sua vez, não seguiu percurso linear, alterando recorrentemente períodos de ascensão e crise.

“No centro, no entanto, o domínio da produção de mercadorias e das empresas capitalistas, empregando trabalhadores assalariados, foi concluído e um processo de inclusão social, patrocinado publicamente, reduziu de forma significativa a proporção de párias sociais. Isto foi alcançado principalmente durante a assim chamada Idade de Ouro do capitalismo (1945-1973), quando o pleno emprego prevaleceu nas democracias capitalistas desenvolvidas. Este quadro fez os pressupostos da concepção individualista tornarem-se verídicos ou ao menos mais verdadeiros para a maioria dos indivíduos desses países (...), (onde) os filhos e filhas das famílias da classe operária passaram a ter opções educacionais que poderiam leva-los a posições de classes mais elevadas. O número de tais postos era muitíssimo inferior ao número de pretendentes, porém ao menos a grande maioria teve possibilidade de concorrer a eles. Passou a fazer sentido, nestas condições, considerar que os perdedores deveram seu malogro largamente a sua própria insuficiência individual” (SINGER, 1999:81).

O fim da Idade de Ouro não representou necessariamente o início de um período de crise. Nesta época, delineia-se no Brasil um período de pujança na economia, o chamado “Milagre Econômico”, parte de um projeto desenvolvimentista, onde a política de incentivo a industrialização interna proporciona a continuação de um processo de inclusão social. Singer (1999) chama a atenção para o fato de que neste espaço também houve a possibilidade de corroborar as afirmações individualistas, sobre a eficácia da atividade econômica na organização social, uma vez que, “nos centros urbanos das regiões mais industrializadas do país (...) aqueles que tinham o capital humano procurado pelo “mercado” tiveram oportunidade de conquistar bons empregos e gozar de um padrão de vida muito melhor”, o que por sua vez, não durou por muito tempo por uma série de fatores, como os choques de petróleo, desequilíbrios nas contas, déficits e progressivo endividamento externo, conduzindo ao quadro de crise que culminou na chamada “década perdida”, que inaugura em sua vigência o fato de não ter atingido somente “os sem-terra e os trabalhadores não-qualificados, mas também um amplo número de pessoas da classe média” (SINGER, 1999).

O fato deste período de crise ter sido suplantado por outro aspecto marcante na história da vida econômica mundial, o advento e ascensão da proposta do neoliberalismo, acaba por perpetuar este quadro de exclusão que vem se delineando na história da sociedade. Para Draibe (1993), o neoliberalismo não representa um corpo teórico específico possível de ser distinguido de outras

correntes do pensamento econômico, funcionando mais como um discurso e um conjunto de regras práticas, ou ainda “poder-se-ia dizer com Shneider (1989), que estas idéias e valores compõem um ambiente particular, espécie de “cultura da solução de problemas”, que advém da perspectiva de retenção de gastos, redução da atuação do estado e da implementação de programas sociais (DRAIBE, 1993).

Partindo do panorama apresentado de estruturação do tecido social de nossa sociedade, onde há um grande número de princípios em interação e não somente os que têm por base a dominância capitalista, é possível perceber com qual estrutura social os modelos econômicos em ação têm que interagir. A reflexão sobre a origem do conceito de Economia solidária torna válida, a partir de sua análise, a abordagem de Polanyi sobre a organização econômica como uma construção histórica humana, onde um determinado padrão não engloba todas as formas possíveis de arranjos e trocas que podem ser estabelecidos na sociedade, assim como possibilita compreender as estratégias de inserção econômica utilizadas por estes atores.

Desta forma, reforça-se a perspectiva apresentada para este trabalho, da esfera econômica como um ambiente plural e permeável, onde historicamente houve espaço para manifestações de diferentes tipos de arranjos e trocas entre os indivíduos, o que não quer dizer que esta diversidade tenha sido (e ainda seja) possibilitada de forma harmônica, sem pressões, rupturas e traumas. Santana (2005) utiliza em sua discussão sobre o aspecto organizacional da Economia Solidária a análise de Guerra (2004) sobre a movimentação social que dá origem a este conceito que, segundo o autor, teve seus termos, fundamentos históricos e sentido específico criados na América Latina, através dos trabalhos de Luís Raseto, no início dos anos oitenta:

“Com efeito, a partir das heranças do modo de vida de indígenas e africanos, percebe-se que um padrão de vida comunitário, baseado na reciprocidade perpassou a região latino-americana. Esses costumes e tradições permaneceram ao longo de gerações como, por exemplo, as práticas sociais de mutirão, da colheita conjunta etc. A partir dos processos de independência política e abolição da escravatura nos países da América Latina, os indígenas e os ex-escravos ficaram sem os meios de produção para garantir o seu sustento. Como os pólos mercantil e estatal da economia não garantiram absorção dessa parcela

de trabalhadores, eles tiveram de engrossar e desenvolver práticas econômicas alternativas para garantir a sobrevivência, ensejando uma espécie de economia dos setores populares” (GUERRA, 2004 apud SANTANA, 2005)

Esta perspectiva do desenvolvimento de práticas econômicas alternativas com o objetivo de garantir a sobrevivência destes indivíduos e grupos tem, por sua vez, se tornado uma constante na sociedade contemporânea, não ficando circunscrita somente aos setores populares, alvo primeiro de uma Economia solidária, mas vem envolvendo importante parcela da população em diferentes etapas da vida, resultado de uma crescente precarização do trabalho, que carrega em si o paradoxo de não ser fruto exclusivo de estagnação ou atraso, mas também de avanço e modernização. Singer (1999) destaca que muitas das ocupações que têm surgindo em função das transformações tecnológicas e da divisão internacional de trabalho, fortalecida pela globalização, vêm sendo acompanhadas de sua crescente precarização, “não [oferecendo], em sua maioria, ao seu eventual ocupante, as compensações usuais que as leis e contratos coletivos vinham garantindo, (...) ocupações por conta própria, reais ou apenas formais”. A discussão do trabalho informal, que segundo Portes e Castells (1989) deve ser pensada de acordo com as características de cada região ou país, é uma das facetas do universo de mudanças no mundo do trabalho, e que portanto deve ser tratada como uma peça importante na compreensão deste processo.

Neste contexto, percorrer um caminho de reflexão sobre o desenvolvimento futuro do capitalismo significa trilhar espaços ainda incertos. Bottomore (1996) problematiza sobre esta questão afirmando que uma renovação generalizada do crescimento econômico exigiria “(...) uma nova arrancada de inovação como as que no passado produziram uma “ferroviarização”, uma “motorização” ou uma “computadorização” do mundo”, o que segundo autor tem poucos indícios de se realizar, até mesmo porque existem restrições ambientais impostas a esse tipo de iniciativa, restrições estas que ganharam força principalmente quando se torna aparente o lado sombrio externalizado pelo capitalismo na promoção de seu desenvolvimento econômico ao longo do tempo. Estas externalidades são caracterizadas por um quadro de instabilidade econômica difundido de modo mais

impactante em determinados países e indivíduos, provocando injustiça social, desemprego e pobreza, o que torna este modelo passível de críticas recorrentes realizadas por diversos grupos organizados e pesquisadores, abrindo espaço para a reflexão sobre a possibilidade de se instituir um tipo alternativo de organização da sociedade (BOTTMORE, 1996:59).

Desta forma, a tarefa da Economia Solidária de alteração do foco nas relações estabelecidas na sociedade é extremamente dificultada pelo contexto no qual se inscreve. Um contexto de transição da sociedade industrial para a de serviços, no qual a indústria “não pode mais desempenhar um papel motor na criação de empregos”, onde a noção de “inter-conhecimento” entre os indivíduos desloca-se para a de “inter-reconhecimento”, que a coloca dentro de uma perspectiva mais “informacional”, onde a organização do trabalho abandona a perspectiva de verticalidade nas relações trabalhistas para assumir a de horizontalidade, transferindo o foco da hierarquização para o da inserção ao mercado de trabalho, onde se coloca em xeque a relação direta entre formação – emprego, “a formação pode muito pouco preencher o objetivo proposto, pois suas saídas dependem do nível de criação de empregos e do fato de que os excluídos do emprego são quase sempre os abandonados da formação”. E para citar apenas mais um entre tantos outros aspectos limitantes, vivencia-se um contexto onde o trabalho assume uma condição que é extremamente paradoxal, “ele manifesta, por meio da relação salarial, a exploração do trabalhador na sua dependência ao capital, mas ao mesmo tempo, graças aos direitos sociais que estão aí ligados, ele afirma o vínculo desse trabalhador à comunidade política”(FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Na tentativa de minimizar esta precariedade social, muitas ações são implementadas, mas que, frequentemente, reproduzem contradições e superexploração do trabalho. Neste sentido, afirma Pochmann,

“ações mais imediatistas e pragmáticas tendem, muitas vezes, a simplesmente reorganizar parcelas atomizadas e localizadas do excedente da força de trabalho para a promoção de inserção subordinada à economia capitalista. Tendo em vista algumas brechas do mercado, são construídos grupos de trabalho a serem utilizados pela

terceirização e subcontratação, na maioria, contudo, distante da ética da economia solidária” (POCHMANN, 2004:30).

E é exatamente neste ponto, da coexistência com o sistema capitalista, que é possível visualizar mais um dos desafios de se viabilizar a proposta de uma terceira via apresentada pela Economia Solidária. Muitas das estratégias que são empreendidas neste campo utilizam de estruturas que foram possibilitadas pelo advento e consolidação da sociedade moderna, inclusive no que diz respeito às brechas que são abertas em seu arcabouço, viabilizando esta pluralidade de comportamentos e condutas. Um exemplo deste fenômeno seria a própria globalização, que serve ao Comércio Justo, perspectiva defendida e preconizada pela Economia Solidária, sendo que ao mesmo tempo é elemento fundamental da atual estrutura arquitetada pelo sistema capitalista, onde através da rede de relações estabelecidas encontra espaço para a atuação das empresas transnacionais, assim como para grupos ou indivíduos atuando em escala menor, mas também voltados para obtenção de lucro. O que se percebe é que o grau de sofisticação alcançado por esta dominância capitalista tem permitido a sua constante reconfiguração, no que se refere às condutas e às estratégias utilizadas pelos diversos atores.

“(…) Nesse sentido, a oposição entre capitalismo e socialismo, que foi um ponto central de confronto ideológico e político durante todo o decorrer do século XX, parece ter probabilidades de persistir. Mas isso acontecerá em novas circunstâncias, de complexidade muito maior, em que os princípios e elementos básicos de um sistema econômico e social alternativo são bem mais difíceis de especificar com precisão; e qualquer movimento no sentido dessa sociedade alternativa parece ter grandes probabilidades de implicar uma modificação contínua e gradual do capitalismo, do tipo que vinha ocorrendo no decorrer do último século, muito mais que quaisquer mudanças abruptas” (BOTTOMORE, 1996:59).

Assim, pensar este fenômeno que vem se estruturando na práxis dos indivíduos através da perspectiva discutida por Pochmann (2004), como “(…) a fase inicial do desenvolvimento possível da economia solidária”, permite tirar desta possibilidade o papel de “panacéia” imediata às externalidades causadas pelo

sistema capitalista. “Por outro lado não se trata apenas de captar [neste estudo] o fenômeno em sua situação atual mas prospectar sua tendência” (CRUZ, 2005:9).

“Eis aí finalmente a questão colocada. A economia solidária é um fenômeno. Eventualmente, pode haver projetos políticos que procurem explorar seu potencial transformador. Mas não se trata agora de “procurar um lugar para ela”. Ela já achou o seu lugar e busca mover-se em meio à tormenta brava desde o início do século XXI. Trata-se da economia [assim como os outros campos do conhecimento] estudar[em] seus movimentos (da tormenta e da economia solidária) para perceber melhor suas possibilidades, a forma como transforma sua potência em atos. Parece-nos bastante claro que suas formas e estruturas se encontram em flagrante contradição com a lógica capitalista da apropriação individual do trabalho e do produto do trabalho, o que significa colocá-la em contradição com as relações de mercado capitalistas. Apenas lembrando: a contradição não é antagonismo, mas um relação de confrontação e complementaridade ao mesmo tempo. A economia solidária nasce das relações de mercado e se confronta com elas. Porém, também é preciso lembrar que as contradições econômicas não produzem conflitos na esfera política, automaticamente. É bastante possível que a lógica do mercado seja incorporada crescentemente pelas iniciativas solidárias e estas, por sua vez, transformadas em sua estrutura pela lógica do mercado” (CRUZ, 2005)

A análise que se pretende desenvolver neste estudo parte da perspectiva apresentada neste projeto, que busca compreender a Economia Solidária a partir de sua inscrição no contexto em que se manifesta. Busca-se refletir as suas especificidades, limites e potencialidades e não apenas visualizá-la como um espaço social de atuação de uma “militância política orientada por valores anticapitalistas”. Isto posto, enfatiza-se que a perspectiva proposta neste trabalho é voltada para a inferência de que na movimentação por mudanças na estrutura excludente atual, a economia solidária e os tipos de organizações coletivas que esta representa “(...) são atores importantes, mas não representam sozinhos no cenário de que fazem parte” (CRUZ, 2005).

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

O delineamento que será utilizado para a compreensão do problema de pesquisa apresentado, se baseia na perspectiva do método dialético, onde afirma-se que:

“(...) as coisas não existem isoladas, destacadas uma das outras e independentes, mas como um todo unido, coerente. Tanto a natureza quanto a sociedade são compostas de objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, dependendo uns dos outros e, ao mesmo tempo, condicionando-se reciprocamente” (LAKATOS e MARCONI, 2005:101).

Buscar-se-á, portanto, a análise do contexto de inscrição da Economia Solidária a partir das transformações que ocorreram no espaço de organização da esfera econômica da sociedade, utilizando, ainda, para atender este objetivo, a prerrogativa do método Histórico, que defende a importância da pesquisa das raízes dos fenômenos.

Desta forma, o primeiro momento do trabalho será baseado em pesquisa bibliográfica conceitual sobre o processo de organização econômica da sociedade, com o intuito de tornar mais compreensivo o espaço de inscrição da possível relação entre a economia solidária, as sociedades tradicionais e o sistema capitalista. Deste ponto, parte-se para a segunda etapa, que será destinada à realização de uma pesquisa descritiva sobre o estado da arte dos estudos sobre economia solidária. Esta pesquisa terá continuidade, incluindo uma fase posterior, de pesquisa de campo, que em um momento posterior poderá ser apresentada.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOTTOMORE, T. Capitalismo. In: OUTHMAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento Social do século XX**. Tradução de Eduardo Francisco; Alvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

COSTA, S. M. da. **As redes de pesca: estratégias econômicas e formas de solidariedade entre pescadores artesanais**. 1999. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1999.

CRUZ, A. O Mar e a Terra da Economia Solidária. **Leituras cotidianas**, n. 181, jun/ 2005. Disponível em: <<http://www.br.geocities.com>>. Acesso em: 10 abr. de 2006.

DRAIBE, S.M. As Políticas sociais e o Neoliberalismo. **Revista USP: Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo**, São Paulo, n. 17, p. 86-101, mar./abr./mai. 1993.

FERREIRA, L.N.V. **Troca e reciprocidade entre os pequenos produtores rurais na comunidade de Miguel Rodrigues**. 2001. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Economia Rural, Universidade federal de Viçosa, Viçosa, 2001.

FERREIRA, O. S. Do liberalismo no Brasil. **Revista USP: Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo**, São Paulo, n. 17, p. 6-13, mar./abr./mai. 1993.

FRANÇA FILHO, G.C. de; LAVILLÉ, J.L. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

GODBOUT, J.T. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 3. ed. Petrópolis: Editora: Vozes, 1992.

LAVILLE, J. L. Com Mauss e Polanyi, rumo a uma teoria da economia plural. In: MARTINS, P.H.; NUNES, B. F. (orgs). **A nova Ordem Social: Perspectivas da solidariedade contemporânea**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

MAIA, C. de J. **Lugar e Trecho: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha**. Montes Claros: Unimontes, 2004.

MANCE, E. A. **A revolução das redes: A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

_____. **Redes de Colaboração Solidária: aspectos econômicos-filosóficos, complexidade e libertação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.

PIRES, E.L.S. Espaço de Reprodução do Trabalho Informal, Estado e Classes Sociais. **Revista Travessia**. São Paulo, n. 16, p. 5-9, mai./ ago. 1993.

POCHMANN, M. **Economia Solidária no Brasil: Possibilidades e limites**. IPEA, 2004. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt>>. Acesso em: 15 mar. de 2006.

POLANYI, K. **A Grande Transformação: As origens da nossa época**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

PORTES, A.; CASTELLS, M.; BENTON, L. A. **The Informal Economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries**. 1989.

SANTANA, G. Economia solidária e Análise Organizacional: Dialogando com Guerreiro Ramos. In: Encontro Internacional de Economia Solidária, III, 2005, São Paulo. **Desenvolvimento local, trabalho e autonomia**.

SANTOS, B. de S. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

